

ANC - CPEC
X

Assemb. Const. - Comissão Provisória

Afastado secretário da Comissão Arinos

Nota explica os motivos da crise

BRASILIA — A quase totalidade dos integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais declarou-se ontem rompida com o seu Secretário-Geral, jurista Nei Prado, aconselhado pelo Presidente Afonso Arinos a afastar-se da função por comportamento incompatível. Indicado pelo próprio Arinos para a Secretaria-Geral da Comissão, Nei Prado deverá desligar-se do grupo nas próximas horas.

O rompimento foi provocado pela iniciativa de Nei Prado de escrever para a revista "Manchete", edição desta semana, um artigo em que critica asperamente as propostas da Comissão e que precede a publicação em 30 páginas, sob o patrocínio do Grupo Votorantim — pertencente a Antônio Ermirio de Moraes — de uma versão do anteprojeto de Constituição. Essa versão é considerada inacabada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que deverá entregar o texto definitivo do anteprojeto ao Presidente José Sarney no próximo dia 18.

Aos integrantes da comissão desagradou o conteúdo do artigo escrito pelo Secretário-Geral e o vazamento da versão do anteprojeto. Esse desagradado foi exposto a

Nei Prado ontem, em telefonema que recebeu do Professor Afonso Arinos, e manifestado ao Presidente da República, patrocinador da Comissão, em telegrama levado ao Palácio do Planalto por um dos membros da Comissão mais próximos do Presidente Sarney, o jurista Ferro Costa.

No diálogo que manteve com Nei Prado, o Professor Afonso Arinos considerou seu comportamento incompatível com a função de Secretário-Geral. Ouvia, em resposta, a decisão de Nei Prado de afastar-se da Comissão.

No telegrama dirigido ao Presidente Sarney e assinado por todos os demais membros da Comissão Provisória — não subscreveram apenas os que não foram encontrados — não é citado o nome de Nei Prado mas há referência ao seu comportamento.

A mensagem inicia com manifestação de "profundo constrangimento" da Comissão pela divulgação intempestiva de "uma versão ainda incompleta" do anteprojeto que o grupo elaborou. O texto do telegrama classifica como "incidente" o vazamento da versão. Repete desculpas ao Presidente Sarney

Em nota oficial, distribuída ontem à noite, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais esclarece que não autorizou a publicação do texto divulgado pela revista Manchete. Segundo o documento, o texto do anteprojeto publicado está incompleto e contém distorções e incorreções.

Os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais vêm a público esclarecer que o texto final do seu trabalho está em fase de REDAÇÃO E REVISÃO, para ser encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República, no prazo por ele estabelecido.

Não partiu da Comissão, nem foi autorizada pela mesma publicação do texto divulgado por uma revista do Rio de Janeiro, ainda incompleto, com distorções e incorreções, como se fora o resultado final dos trabalhos, que depende de aprovação em sessão convocada para o dia 17 de setembro corrente, em Brasília.

Entende a Comissão que reparos possam ser feitos a seu trabalho por qualquer um de seus membros e pela sociedade brasileira.

Considera, entretanto, que caberia ao primeiro destinatário do texto, o Sr. Presidente da República, liberá-lo oportunamente para o grande debate nacional. O texto divulgado, além de constituir gesto lamentável de

indelicadeza para com o Chefe de Estado, permitiu-se uma crítica desleal, ao qualificá-lo como demagógico e utópico.

Na realidade, o trabalho foi o resultado de prolongados estudos e debates abertos a todos os membros da Comissão. Todos tinham igual direito de expor e defender seus pontos de vista. As teses que democraticamente prevaleceram não se inspiraram em preconceitos ideológicos, mas no sincero desejo de colaborar na proposição de uma Constituição que corresponda aos grandes anseios da Nação Brasileira, manifestados em mais de 10.000 sugestões recebidas de toda a sociedade pela Comissão.

A Comissão tinha consciência de não ser uma Assembléa Constituinte. Sua missão era oferecer ao Presidente da República um anteprojeto a ser encaminhado aos que serão eleitos a 15 de novembro, com o objetivo maior de elaborar a nova Carta Magna. Foi precisamente com o intuito de oferecer-lhes um subsídio abrangente que a Comissão deliberadamente se permitiu descaer a minudências destinadas a alertar os constituintes sobre a complexidade dos problemas. E fácil, depois do enorme esforço expendido, permitir-se críticas levianas e, estas sim, demagógicas. O difícil era permanecer constantemente no trabalho dos Comitês temáticos e das plenárias, para defender os próprios pontos de vista e aceitar com dignidade os resultados dos debates.

ti